

CONV 218/02

WG VI 9

NOTA

de:	Secretariado
para:	Grupo de Trabalho sobre a Governação Económica (Grupo VI)
Assunto:	Síntese da reunião de 17 de Julho de 2002

Resultados dos trabalhos

1. Abertura pela Presidência

O Presidente anunciou a ordem de trabalhos e fez referência ao projecto de tópicos para as conclusões que havia sido distribuído após a reunião anterior. O Grupo deverá debruçar-se sobre esse projecto depois de debatidos todos os pontos do mandato.

2. Debate sobre as questões do ponto 11 do mandato do Grupo (CONV 76/02)

As intervenções dos membros do Grupo confirmaram que não devia haver alterações na actual atribuição de responsabilidades entre as diferentes instituições na área da política económica e monetária. Em relação à questão da responsabilização, alguns membros consideraram suficiente o que está estabelecido, pelo que não pretendem alterações, salientando que o estrito respeito das regras fará com que haja confiança no euro.

Também houve propostas específicas para tratar do que foi considerado um défice na responsabilização, tanto na coordenação da política económica como na política monetária. Quanto à política económica, as sugestões avançadas incluíram a introdução de maior legitimidade democrática, dando ao PE um papel mais importante na preparação das OGPE e no processo de coordenação aberta; em relação à política monetária, embora o Grupo considere que não devem ser tomadas medidas que possam afectar a independência do Banco Central Europeu, alguns membros sugeriram que a sua responsabilização poderia ser aumentada atribuindo maior importância ao processo de informação do PE pelo BCE e/ou atribuindo ao PE um maior papel na designação do Comité Executivo do BCE e/ou tornando obrigatória a publicação das actas do BCE.

A concluir, o Presidente constatou não terem sido preconizadas alterações de fundo ao actual sistema de repartição de responsabilidades entre as diversas instituições na área da política económica e monetária e observou que, em matéria de OGPE, a maioria dos membros pediu que fossem introduzidos alguns melhoramentos em termos de legitimidade democrática dando ao PE um papel mais importante na preparação e no processo de coordenação aberta. Quanto ao Banco Central Europeu, referiu que o Grupo concordou em que não deviam ser tomadas medidas que possam afectar a sua independência, mas que não se chegara a consenso quanto a melhorar o que alguns membros consideraram uma falta de legitimidade democrática no funcionamento do BCE.

3. Debate sobre as questões do ponto 12 do mandato do Grupo

Sobre a questão do futuro estatuto do Eurogrupo, alguns membros propuseram que este fosse formalizado para lhe poderem ser atribuídos poderes decisórios integrais e aumentar a sua transparência; outros consideraram que era importante preservar o carácter informal do Eurogrupo e não viram qualquer problema especial em recorrer ao entendimento actual, segundo o qual o Tratado já prevê que algumas decisões sejam tomadas no ECOFIN, mas apenas pelos países participantes naquele grupo. Houve também quem sugerisse que esta

questão devia ser acompanhada à luz do alargamento. O Presidente registou que a maioria dos membros é de opinião que o Eurogrupo não deve ser formalizado, embora esta questão deva ser acompanhada à luz do alargamento.

4. Debate sobre as questões do ponto 13 do mandato do Grupo

Sobre a questão da representação externa do euro, alguns membros consideraram que não devia haver alterações no *status quo*; outros consideraram que a prática actualmente seguida não era satisfatória e sugeriram que se atribuísse a representação externa à Comissão ou que se alargasse o actual papel do Presidente do Eurogrupo e do Presidente do BCE. O Presidente concluiu que o Grupo concordara em que se deviam desenvolver esforços para aumentar a eficácia da representação externa da Eurozona, mas que alguns membros defendiam o aproveitamento dos instrumentos existentes, ao passo que outros eram favoráveis à entrega desse papel à Comissão.

5. Propostas de auscultações – Actualização

O Grupo acordou em dedicar parte das reuniões de 29 de Agosto e de 13 de Setembro de 2002 às auscultações. O Presidente irá convidar os seguintes especialistas: Pedro SOLBES MIRA, Wim DUISENBERG, Jacques DELORS, Johnny AKERHOLM, Anna DIAMANTOPOLOU e Maria João RODRIGUES.

6. Debate preliminar das conclusões gerais do Grupo de Trabalho

Os membros do Grupo começaram a analisar os elementos para as eventuais conclusões, redigidos com base nos debates das reuniões do Grupo de 20 e 24 de Junho de 2002.

7. Ordem de trabalhos da próxima reunião

O Presidente distribuiu um quadro com os textos de referência contidos nos Tratados relacionados com os elementos das conclusões e convidou os membros do Grupo de Trabalho a utilizarem esse documento para determinar se e como algumas das suas conclusões deviam traduzir-se em alterações ao Tratado e/ou em menções num tratado fundamental. O Presidente propôs que, na reunião de 29 de Agosto, o Grupo analisasse os últimos elementos das conclusões sobre os problemas já debatidos e ouvisse alguns especialistas.
